

BARKER, C. & D. GALASINSKI. CULTURAL STUDIES AND DISCOURSE ANALYSIS: A DIALOGUE ON LANGUAGE AND IDENTITY. LONDON: SAGE PUBLICATIONS, 2005. 185P.

### Resenhado por: João Bosco Bezerra Bonfim

O livro de Barker e Galasinski (2005) se propõe fazer um estudo cooperativo tendo como base duas áreas de conhecimento, a de estudos culturais e a de análise de discurso. Os autores afirmam buscar esse propósito “mesmo correndo o risco de incorrerem em uma supersimplificação” (p. 174), pois consideram que enquanto os estudos culturais dispõem de uma teoria, mas não de um método coerente, por outro lado, a análise de discurso dispõe de um método mas lhe faltam recursos teóricos amplos e profundos.

Sendo Barker um especialista em estudos culturais e Galasinski um linguísta, os dois decidem pela empreitada de fazer um estudo – e dele publicar um livro – não apenas para tentar aproximar essas duas áreas, mas também para dar voz, “mediada” (p. 175), a pessoas marginalizadas tanto da Polônia quanto da Austrália. Na conclusão que fazem, a título de posfácio, consideram a tarefa cumprida, tanto é assim que deram a público o estudo, na forma do livro. Mas ao/à leitor/a – criticamente – cabe indagar se essa tarefa foi mesmo cumprida a contento.

A obra é composta por seis capítulos, em que os autores começam por expor considerações acerca de linguagem, cultura e discurso (Capítulo 1), para, a seguir, tratar de linguagem, identidade e políticas culturais (Capítulo 2). No terceiro capítulo, trazem à consideração do/a leitor/a o que chamam de ferramentas da análise do discurso, para, nos três capítulos finais, procederem a análises, baseados, segundo eles, nessas ferramentas associadas às noções teóricas dos estudos culturais. Tecem análises sobre identidade masculina (Capítulo 4), linguagem da etnia/etnicidade (Capítulo 5) e interseções dessas duas questões (Capítulo 6).

Para uma crítica dos estudos culturais, além de lançar mão dos pressupostos da Análise de Discurso Crítica (ADC), Barker e Galasinski declaram

a intenção de se utilizar dos aportes teóricos de Derrida (instabilidade do significado e noção de diferença e diferimento), de Foucault (discurso como regulação da linguagem e da prática para definir o que é permitido e o que não é permitido dizer) e de Wittgenstein (para quem o significado é relacional, mas estabilizado e regulado no uso, tal como nas narrativas pragmáticas).

Da articulação desses três aportes teóricos, tomam a metáfora da linguagem como “ferramenta”, para sugerir que “fazemos coisas com a linguagem; então, no contexto do uso social, os significados podem ser estabilizados temporariamente para propósitos práticos” (p. 3). Daí adotarem a posição teórica de Rorty (1980), segundo a qual dispomos de uma variedade de línguas/ linguagens porque temos propósitos variados. Em outras palavras, a posição de Rorty seria útil para os estudos culturais, proporcionando uma perspectiva de língua/ linguagem como uma série de marcas gráfica e sons utilizados pelos animais humanos para alcançarem seus propósitos. Em decorrência dessa perspectiva, o conhecimento residiria não em uma observação acurada da realidade, mas na aprendizagem de como lutar (contend) no mundo na busca de nossos vários propósitos. Os conhecimentos científicos, sejam eles de biologia, por um lado, ou de antropologia, por outro, dependeriam então não da existência de “objetos” a serem conhecidos, descritos, classificados; mas dos propósitos com que foram descritos e da carga de significação e emoção neles investida. Assim, a noção de mulher, por exemplo – conceito fundamental nos estudos sobre identidade e gênero –, não seria formada pela existência de um ser biológico em “essência”, mas de um discurso que se diz e que se aceita (agreement) sobre o que é ser “mulher”; e assim sucessivamente, para outros conceitos. Desse modo, os significados estabilizados seriam frutos do trabalho que se faz com o discurso e no discurso.

Na obra, os autores ressaltam que as propostas de Wittgenstein seriam uma influência chave para a Análise de Discurso (AD) e que, particularmente, a Análise de Discurso Crítica (ADC) seria a disciplina que poderia nos mostrar, de maneira detalhada, como o mundo social é construído e regulado. Por isso, a ADC teria a capacidade de “incrementar os estudos culturais, ao mostrar-nos os tijolos lingüísticos técnicos da construção social” (p. 3). Embora reconhecendo que há vários aportes da ADC, os autores advertem que não farão uma recomposição exaustiva das tendências; e remetem à revisão feita por van Dijk

(1997). Segundo eles, o recorte da ADC seria o que eles apresentam como um pacote de ferramentas (tool kit), composto por categorias analíticas capazes de possibilitar a análise de dados empíricos.

Em seu instrumental relativo à análise de discurso, os autores lançam mão das idéias de que o discurso é socialmente constitutivo; que ele é um sistema de opções; que tem natureza ideológica; que o texto é multifuncional e intertextual. Para alcançar esses aspectos do discurso, apropriam-se da noção de transitividade de Halliday, com a descrição de tipos de processos (materiais, mentais etc.). Dispersamente, mencionam a importância do estudo do vocabulário, da metalinguagem, das funções interpessoal e textual, de modo, modalidade e formas de se dirigir ao outro, de interação e controle, de coesão e estrutura de tema e rema.

Um ponto central do livro de Barker e Galasinski, especificamente sobre cultura, é o seguinte: uma vez que os significados da cultura não estão “lá fora”, mas, ao contrário, são produtos de práticas de significação, principalmente por intermédio da linguagem, entender a cultura é explorar o modo como o significado é produzido simbolicamente por meio de práticas de linguagem destinadas a produzir significados, no interior de contextos materiais e institucionais. Reafirmam essa perspectiva, reportando-se à assertiva de Hall (1997), segundo o qual a tendência ascendente dos estudos culturais vê a cultura como sendo resultante de práticas de representação produtoras de significados.

Os autores reconstroem o percurso dos estudos culturais, tanto aqueles feitos sob o ponto de vista do estruturalismo, quanto aqueles chamados pós-estruturalistas, em função dos aspectos de linguagem. A principal crítica feita pelos autores é a de que não existe uma realidade “lá fora”, a ser descrita. O que existe é o “uso da linguagem com propósitos”, de acordo com a concepção pragmática, nos termos de Rorty (1980).

Se não existem significados estabilizados, se as identidades são maleáveis, cambiantes, segundo a própria variação da linguagem, então faltam bases científicas para os estudos sobre cultura. Textos antropológicos seriam, assim, nada mais que representações de representações. Faltariam a estes os critérios de cientificidade. Tal lacuna, segundo Barker e Galasinski, poderia ser preenchida pela análise de discurso.

Segundo os autores, a ADC estaria apta a prover as ferramentas metodológicas pelas quais se pode demonstrar o lugar da linguagem na constitui-

ção e regulação das culturas, e das identidades culturais. Além disso, a ADC poderia prover aos estudos culturais o aparato dos procedimentos lingüísticos validados, pois estes levam em conta as regras da linguagem. Esse procedimento proporcionaria que as análises culturais preenchessem suas necessidades de repetibilidade e verificabilidade, falhas que têm representado o calcanhar de Aquiles dos estudos culturais, apontadas pelos críticos desses estudos.

Ao longo do texto, os autores combatem a idéia da natureza representativa da linguagem, pois admiti-la equivaleria a admitir que existe um mundo lá fora, e que existe um caráter “essencial” nos entes e fenômenos que compõem o mundo. Contra essa idéia se insurgem. Antes, sustentam que a linguagem seria um elemento fundamental para a própria constituição daquilo que se conhece como realidade. E firmam-se na idéia do uso pragmático da linguagem, qual seja, o de que o uso da linguagem se faz “com propósitos”. Nesse sentido, a variedade das línguas e das linguagens estaria vinculada à multiplicidade de propósitos dos seres humanos. Do mesmo modo, a fixação de significados, para além de um suposto caráter “essencial” dos entes, ou mesmo sob o constrangimento da regulação (o-que-pode-ser-dito-por-quem-em-que-circunstâncias-e-com-que-propósitos), atenderia a propósitos humanos. Comportar-se-iam da mesma maneira as narrativas (psicológicas, particularmente) em que uma pessoa pode contar e recontar sua própria história e recriar-se a si mesma. Não seria diferente com os discursos científicos, os quais atendem a propósitos, e são mesmo modificados ao longo do tempo, segundo a variação de propósitos. Um exemplo dessa discussão é a da sexualização dos corpos e a configuração cultural das identidades masculina e feminina.

Nesta resenha não nos caberia recompor a coerência ou não da revisão e das críticas que fazem Barker & Galasinski sobre os estudos culturais. Entretanto, entendemos que os autores apresentam diversas inconsistências e incoerências internas, particularmente no ponto em que pretendem fazer análise de discurso. A primeira inconsistência se localiza na agenda dos pesquisadores. Afirmam que pretendem estudar as noções de etnia/etnicidade e identidade. Entretanto, essa agenda não é aberta aos “informantes” (nomenclatura dos autores). As pessoas cujos textos são transcritos pelos autores são moradores/as de uma pequena cidade na fronteira da Polônia com a Ucrânia (Korzeniec); homens e mulheres entrevistados encontravam-se, então, com setenta anos

ou mais. Elas e eles são chamados a discorrer sobre “como era a vida em sua juventude?”. Sobre a agenda dos pesquisadores com as pessoas australianas, não fica claro se esta foi proposta para discutir suas identidades.

Um primeiro questionamento se refere a esse ocultamento da agenda. Seria esse um procedimento de um analista de discurso, particularmente um que declara ser seu objetivo político dar voz a grupos marginalizados? Uma coisa é lançar mão de dados já prontos (notícias de jornal, por exemplo) para proceder a análises, em que não há interação entre pesquisador/a e as pessoas que produzem os textos; outra é se lançar a uma pesquisa de campo, em que o/a pesquisador/a tem não apenas a oportunidade de abrir a agenda aos/às participantes de sua pesquisa, mas também de levar em conta a natureza reflexiva destes/as (como vêem e interpretam a própria identidade, como se identificam etc.). Então, se a agenda de pesquisa organizava-se em torno da identidade ou do gênero, por que as pessoas não foram chamadas a emitir sua própria opinião?

Isso sem mencionar a falta de informações sobre as práticas sociais não essencialmente discursivas. Mencionam ligeiramente a natureza da religião como fundadora da identidade; e até falam de práticas laborais e mercantis (poloneses/as cultivam a terra, judeus/judias têm pequenos negócios). Entretanto, é como se tais práticas não tivessem a relevância que efetivamente têm para a configuração e reconfiguração de identidades.

Nas análises dos depoimentos de poloneses/as surge, particularmente, uma falha que provém da inconsistência com que os autores tratam da ideologia, ora com o sentido neutro, de conjunto de idéias portadas por um grupo, ora com o sentido crítico, de que o uso ideológico dos bens simbólicos se presta a um propósito de dominação (Thompson, 1995). Segundo os autores, ainda que esse não fosse o tópico da questão, os depoimentos se concentram em episódios de conflitos entre ucranianos/as e poloneses/as, antes da Segunda Guerra. São narrativas em que predominam, por exemplo, a fragmentação<sup>1</sup>, que é um dos modos de operação da

---

<sup>1</sup> A fragmentação consiste na manutenção de relações de dominação pela separação das pessoas. Na fragmentação, separam-se os indivíduos ou grupos que possam ameaçar os grupos dominantes; ou, então, pelo direcionamento de forças de oposição potencial em direção a um alvo tido como mau, perigoso ou ameaçador. Duas estratégias de construção simbólica utilizadas são a diferenciação e o expurgo. Na diferenciação, dá-se ênfase às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, alimentando características de desunião, a fim de evitar que tais grupos constituam um desafio real às relações de poder

ideologia. Diferenciar judeus/judias (não-cristãos/ãs) de poloneses/as (cristãos/ãs) e ucranianos (cristãos/ãs ortodoxos/as) servia, então, a propósitos de enfraquecimento desses grupos, todos submetidos logo em seguida ao domínio (e ao extermínio, no caso de judeus/judias), por parte de nazistas. E, posteriormente, o “apagamento” da etnia ucraniana, pela uniformização do uso da linguagem (todos/as os/as habitantes da região passam a falar polonês, abrindo mão de um elemento identificador crucial, que era uma língua própria). Os autores se limitam – ao tratarem dos padrões de agência, nas falas de poloneses/as – a tratar essas questões como dilemas ideológicos que envolvem as definições em torno da identidade.

Quanto aos depoimentos de australianos/as, é tão pouca a recorrência ao instrumental de análise de discurso que não chega a comprovar a tese dos autores, de que seria um exemplo de trabalho cooperativo entre estudos culturais e ADC. Entretanto, como visões/ interpretações daquelas pessoas sobre o que é ser pai, filho, australiano, koori, negro (identidades), não cabe qualquer observação. Só não fica claro se essa era a agenda do pesquisador. E, portanto, fica descartada a inclusão dessa pesquisa numa linha de ADC, visto que o diálogo sobre a agenda de pesquisa é um dos requisitos dessa linha de trabalho. Outro problema surge quando são apresentados os extratos de fala de negros australianos. Do modo, descontextualizado, como são apresentados, favorecem mais à visão destes como criminosos do que como reivindicadores de uma identidade negra.

Assim sendo, em vez de um diálogo entre ADC e estudos culturais, o resultado do trabalho de Barker & Galasinski acaba conduzindo a dois monólogos, sem que, efetivamente, a visão de uma disciplina ajude a desvendar aspectos de outra (uso da ADC para complementar as investigações dos estudos culturais e vice-versa). Não que não seja possível se utilizar a ADC como teoria e método para se investigar temas em uma disciplina ou um ramo da ciência, como é o caso dos estudos culturais; não que não se possa utilizar falas para se investigar temas candentes, como o de identidade, gênero, etnia, como o anunciam os autores. Ao contrário, é isso que preconiza a ADC.

---

estabelecidas. No expurgo do outro, temos a apresentação de pessoas ou grupos como inimigos ou ameaças. Um exemplo eloqüente disso está na literatura nazista dos anos 20, na representação que fazia de judeus e comunistas (Thompson, 1998).

Mas cada um desses propósitos poderia/ deveria ser tratado separadamente. A ADC dispõe de recursos teóricos e metodológicos para se investigar qualquer desses temas. Mas, em cada um deles, como expõem Chourialaki & Fairclough (1999) – e utilizamos essa obra como parâmetro somente pelo fato de que Barker & Galasinski a invocam –, exigiria uma investigação própria, em que fossem cumpridos os requisitos básicos, tanto teóricos quanto metodológicos da ADC.

Exatamente nessa obra, ainda que reconheçam que é necessário estabelecer bases teóricas e metodológicas mais sólidas para a ADC, ao lado da relevância do discurso para a constituição e transformação da sociedade, Chourialaki & Fairclough alertam para o risco de se tentar reduzir as outras facetas da realidade ao discurso (e vice-versa). E que, para superá-lo, uma análise deveria pontuar, pelo menos, estas seis instâncias: discurso/linguagem; poder; relações sociais; práticas materiais; instituições e rituais; e crenças, valores, desejos.

## Bibliografia

- CHOURIALAKI, L. & N. FAIRCLOUGH. *Discourse in Late Modernity*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- HALL, S. *Representation: cultural representations and signifying practices*. London and Thousand Oaks: Sage, 1997.
- RORTY, R. *Philosophy and mirror of nature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VAN DIJK, T. *Discourse studies: a multidisciplinary introduction*. London: Sage, 1997.
- WITTGESTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell, 1953.